



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- José Luís Marques de Sousa;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Dr. Alberto Filomeno Esteves Cascalho chegou à reunião pelas 11:00 horas, quando se iniciava a discussão e votação do ponto 21 da ordem do dia.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente, tendo sido substituída pelo Sr. José Luís Marques de Sousa.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **18.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012**
2. **REQ. N.º 1956/12 – PC N.º 258/12 – LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS**
3. **REQ. N.º 1953/12 – PC N.º 817/05 – FERNANDO JOSÉ JESUS OLIVEIRA FERREIRA**
4. **APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA FLEXÍVEL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE**

5. **CONTRATO DE ALUGUER DE CATORZE MÁQUINAS DE MOVIMENTAÇÃO COM CARATERÍSTICAS DIVERSAS SEM OPERADOR PARA O ANO DE 2012 (N.º 87/2011). REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO.**
6. **TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS.**
7. **PRÉDIO DEGRADADO – RUA LUCIANO MIGUÉIS, N.º 17 – MARINHA GRANDE - RISCO DE DERROCADA DA COBERTURA – DERROCADA PARCIAL JÁ VERIFICADA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: MARIA CESARINA GUERRA MORAIS OLIVEIRA BELO - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.**
8. **REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2.ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA. CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2011. REDUÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA.**
9. **BENEFICIAÇÃO DA RUA 4 – FIGUEIRAS. CONCURSO PÚBLICO N.º 03/2006. REDUÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA.**
10. **“REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE” – CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010 (DEEM) – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA ENTRE ABRIL E JUNHO DE 2012**
11. **“REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA (JULHO A NOVEMBRO DE 2012).**
12. **“REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA - CP 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (JUNHO A SETEMBRO DE 2011).**
13. **“REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA - CP 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (OUTUBRO DE 2011 A JUNHO 2012).**
14. **“REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA - CP 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA (JULHO A NOVEMBRO DE 2012).**

15. **CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM PARA O ANO DE 2013 - ADJUDICAÇÃO**
16. **ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2013.**
17. **SERVIÇOS POSTAIS PARA A ÁREA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E EXPEDIENTE, PARA O ANO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
18. **SERVIÇOS POSTAIS PARA A ÁREA DAS ÁGUAS E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**
19. **P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS - “ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013”- REVISÃO DE PREÇOS**
20. **AGREGAÇÃO DE AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E DE ESCOLAS NÃO AGRUPADAS. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**
21. **ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2013**
22. **INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – ESTORNO DE VALORES - APÓS AUDIÊNCIA PRÉVIA**
23. **INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – ANÁLISE DE RECLAMAÇÃO - ESTORNO DE VALORES - APÓS AUDIÊNCIA PRÉVIA**
24. **PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA MOITA**
25. **PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013: GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

**26. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS
PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI
N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO.**

27. REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

28. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

▪ **O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Semáforos – chamou novamente a atenção para a reparação dos semáforos junto à PSP, bem como noutros locais da cidade;
- ⇒ Revisão do PDM – referiu que o assunto se encontra agendado para a reunião de hoje, mas trata-se de um documento com mais de 800 páginas, o que torna impossível analisá-lo em apenas 48 horas, pelo que pediu que o assunto passasse para a próxima reunião, uma vez que pretende analisar minimamente os documentos.

Atendendo a este pedido, e tendo em conta os assuntos constantes da ordem do dia da presente reunião e o horário da mesma, o Sr. Presidente propôs que a Câmara Municipal delibere apreciar esta proposta na próxima reunião ordinária, a realizar no dia 10/01/2013, devendo a mesma ser o primeiro ponto da agenda, o que mereceu a concordância de todos os membros do executivo.

- **O Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de três processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados imediatamente a seguir aos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- **O Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais oito assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - 18.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

856 - Presente proposta da 18ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

15.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 66.521,16 euros nos reforços e de 66.521,16 euros nas anulações;

14.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012 no valor de 41.736 euros nos reforços;

15.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2012 no valor de 14.785,16 euros nos reforços e 44.595 euros nas anulações dos quais 2.859 euros são anulações de despesa corrente e 41.736 euros são anulações de despesa de capital, de reforços de 81.000 euros no ano de 2013 e de anulações de 81.000 no ano de 2015.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 18ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1956/12 – PC N.º 258/12 – LÍDIA MARIA GRILO DIONÍSIO MARTINS

857 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “Legalização de Alteração de Edificação” e de “Autorização de Alteração de Utilização de Garagem para Habitação Unifamiliar”, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua dos Agriões, Lugar do Pilado, Freguesia da Marinha Grande.

Presente parecer técnico que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos seguintes elementos:**

- a) **Memória descritiva e justificativa devidamente elaborada, contendo o correto enquadramento da pretensão no plano municipal de ordenamento do território vigente.**
 - b) **Desenhos de sobreposição nas cores convencionais, em caso de alterações a introduzir à construção licenciada (a amarelo e a vermelho) e a identificação de partes a legalizar (a azul), de acordo com as especificações expressas no art. 57.º e art. 63.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**
 - c) **Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente a execução de passeio e de remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua dos Agriões, cujos alinhamento e materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços camarários competentes.**
 3. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1953/12 – PC N.º 817/05 – FERNANDO JOSÉ JESUS OLIVEIRA FERREIRA

858 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração de Edifício Industrial*”, localizado na Rua Alfredo Gândara, Lugar de Outeirinhos, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projecto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 30/09/2010.

Presente aditamento ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado e respetivos Projetos das Especialidades, aprovados por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 01/03/2012.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 29/11/2012, pela qual foi deferida a pretensão relativa ao enquadramento do pedido como “*Legalização de Obras de Alteração de Edifício Industrial*” e não “*Alteração de Edifício Industrial*” face à diminuição das obras inicialmente propostas, bem como ao facto das restantes já se encontrarem realizadas.

Presente requerimento pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa de que o edifício em causa, satisfaz os requisitos legais para a sua constituição em regime de

Propriedade Horizontal, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir e mandar emitir a certidão requerida, para que o edifício possa ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade horizontal) do Código Civil em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA ESTRUTURA ORGÂNICA FLEXÍVEL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

859 - A Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 7 de dezembro de 2012, e sob proposta da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2012, aprovou o modelo de estrutura orgânica dos serviços municipais, fixando o número máximo de seis (6) unidades orgânicas flexíveis e quatro (4) subunidades orgânicas.

A Câmara Municipal, em 13 de dezembro de 2012, sob proposta do Presidente da Câmara criou, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, as unidades orgânicas flexíveis e definiu as respetivas atribuições e competências, dentro dos limites fixados pela Assembleia Municipal.

Por despacho n.º 267/GP/AP/2012, de 14 de dezembro de 2012, e no uso da competência constante do artigo 68.º, n.º 2 alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 8.º e o n.º 5 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, foram criadas, no âmbito da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, a subunidade orgânica Contabilidade, e no âmbito da Divisão de Administração e Modernização, as subunidades orgânicas Recursos Humanos, Gabinete de Atendimento ao Município e Expediente e Serviços Gerais.

Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, elaborar e aprovar posturas e regulamentos em matérias da sua competência exclusiva.

Nestes termos, propõe-se à Câmara Municipal, que ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, conjugado com os artigos 7.º, 8.º e n.º 3 do 10.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, aprove o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal da Marinha Grande, constante do anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa.

5 - CONTRATO DE ALUGUER DE CATORZE MÁQUINAS DE MOVIMENTAÇÃO COM CARATERÍSTICAS DIVERSAS SEM OPERADOR PARA O ANO DE 2012 (N.º 87/2011). REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO.

A) Identificação do contrato e do pedido

86o - Presente exposição da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, na qual se informa que no âmbito do contrato identificado em epígrafe foi registado um prejuízo que, em termos reais, ascende a 51.488,30 euros, para o período de janeiro a novembro de 2012. A exposição é acompanhada de um mapa em que se incluem os gastos (diretos e gerais) incorridos e os proveitos gerados pelo contrato.

Presente mapa detalhado dos gastos diretos individualizados com as diferentes máquinas alugadas ao abrigo do referido contrato, no qual se reporta uma despesa de 117.426,56 euros, no período de janeiro a novembro de 2012.

Presente contrato n.º 87/2011, celebrado em 21 de dezembro de 2011, com o objeto identificado em epígrafe, assim como a proposta apresentada pela empresa, informação dos serviços técnicos e deliberação camarária, de 7 de dezembro de 2011.

B) Enquadramento legal

O cocontratante tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato quando, tendo em conta a repartição do risco entre as partes, o facto invocado como fundamento desse direito altere os pressupostos nos quais determinou o valor das prestações a que se obrigou, desde que o contraente público conhecesse ou não devesse ignorar esses pressupostos (artigo 282.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos).

A reposição do equilíbrio financeiro produz os seus efeitos desde a data da ocorrência do facto que alterou os pressupostos, podendo ser efetuada através da assunção, por parte do

contraente público, do dever de prestar à contraparte o valor correspondente ao decréscimo das receitas esperadas ou ao agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato (artigo 282.º, n.º 3, do CCP).

Na falta de estipulação contratual, o valor da reposição do equilíbrio financeiro corresponde ao necessário para repor a proporção financeira em que assentou inicialmente o contrato (artigo 282.º, n.º 5, do CCP).

O valor da reposição do equilíbrio financeiro deve ser calculado em função do valor das prestações a que as partes se obrigaram e dos efeitos resultantes do facto gerador do direito à reposição no valor dessas mesmas prestações (artigo 282.º, n.º 5, parte final, do CCP).

A reposição do equilíbrio financeiro não pode colocar qualquer das partes em situação mais favorável que a que resultava do equilíbrio financeiro inicialmente estabelecido, não podendo cobrir eventuais perdas que já decorriam desse equilíbrio ou eram inerentes ao risco próprio do contrato (artigo 282.º, n.º 6, do CCP).

A contratação respeitante à adjudicação de aquisição de serviços não pode originar a transferência de quaisquer quantias pelas entidades públicas participantes, para além das devidas pela prestação contratual das empresas locais a preços de mercado (artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto).

As empresas locais não podem conceder empréstimos a favor dos sócios (artigo 41.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012).

As empresas locais nas suas relações com os sócios estão sujeitas às regras gerais da concorrência (artigo 34.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012).

C) A situação de desequilíbrio financeiro

1.O contrato celebrado assentou numa previsão de quantidades determinada por esta autarquia, tendo em conta os dados reais conhecidos e a programação estimada dos trabalhos a realizar durante o ano de 2012.

As quantidades em causa resultaram, por comparação com o ano anterior, numa redução significativa dos dias de afetação dos equipamentos à atividade municipal, comprimindo dessa forma a margem de recuperação dos custos incorridos na execução do contrato.

O contrato em apreço, apesar de assentar na aplicação de preços unitários às máquinas utilizadas, foi de facto construído na pressuposição de uma execução total ou muito

próxima disso das quantidades previstas. No fundo, está-se em presença de um contrato que garante, em permanência, a disponibilidade de utilização das máquinas, sejam ou não efetivamente utilizadas. Isto significa que a formação de cada um dos preços unitários não compreende de per si a imputação direta e total dos gastos incorridos na prestação do serviço. Essa avaliação deve ser efetuada tendo em conta a globalidade do contrato. Deve ter-se em conta que, nos termos constantes do contrato n.º 87/2011, a TUMG está impossibilitada de alugar as referidas máquinas a outras entidades, na medida em que estas devem estar permanentemente disponíveis para utilização pelo Município da Marinha Grande. A TUMG não pode recusar o cumprimento das prestações a que se obrigou contratualmente.

Por factos que são exclusivamente imputáveis ao Município da Marinha Grande, o grau de execução do contrato situa-se num patamar muito inferior em relação ao previsto inicialmente. A execução financeira do contrato no período de janeiro a novembro foi de 93.810,53 euros, estando prevista uma execução de 143.499,51 euros, o que representa um decréscimo das receitas esperadas no montante de 49.688,98 euros, ou seja, menos 34,63 %. Esta circunstância afeta decisivamente o equilíbrio financeiro do contrato.

É certo que a uma maior utilização das máquinas corresponderia um custo acrescido em matéria de combustíveis e, eventualmente, de reparações. Estima-se que o custo de combustível manteria a mesma proporção que se regista no valor faturado que é de cerca de 30 %, pelo que os gastos nesta rubrica ascenderiam previsivelmente a cerca de 43.000,00 euros, ou seja, importando um acréscimo potencial de 15.000,00 euros em relação aos dados reais disponíveis. A não execução integral das quantidades previstas para os 11 meses do ano já fechados implicou a não realização de despesas pelo menos no montante de 15.000,00 euros em combustível, de cerca de 7.150,00 euros em peças e acessórios, tendo em conta o respetivo peso percentual que é de 15,41 % e de 3.500,00 euros em reparações e conservação, tendo em conta o respetivo peso percentual que é de 12,61 % (sem considerar as reparações da máquina 936E), o que perfaz um total de 25.650,00 euros.

É possível assentar que a diferença entre o decréscimo das receitas esperadas (49.688,98 euros) e o valor de despesas não realizadas (25.650,00 euros), que se cifra em 24.000,00 euros, decorre de uma brusca redução de utilização das máquinas, que impediu a cobertura das despesas gerais da empresa a imputar ao contrato, avaliadas em 27.916,12 euros (para o período de onze meses).

2. O risco inerente ao contrato abrange assim a globalidade das prestações que integram o respetivo objeto, garantindo-se a capacidade de satisfação das despesas correspondentes aos custos normais e expectáveis. Nestes incluem-se os seguros, o combustível e a conservação e reparações correntes.

A assunção de encargos extraordinários em reparações de grande valor não pode considerar-se incluído no raio da previsão de risco do contrato, na medida em que ante uma despesa de tal monta a alternativa mais viável, do ponto de vista da entidade fornecedora, seria a da paralisação da máquina.

A máquina pá carregadora, modelo 936E, foi objeto de uma reparação extraordinária que ascendeu a 19.627,65 euros, de acordo com recibo n.º 130415, emitido por STET-Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, SA.

Esta máquina era, no entanto, imprescindível para a realização de um conjunto de trabalhos essenciais e de inequívoco interesse público para o Município.

É claro que a realização de despesas de reparação extraordinárias não se comporta no risco normal inerente ao próprio contrato, considerado este na globalidade. O mesmo resultando de uma ponderação individualizada em relação à máquina em apreço.

Não pode deixar de se considerar que a reparação extraordinária da máquina pá carregadora de rodas, modelo 936E, altera os pressupostos que determinaram o valor das prestações contratuais, sem que fosse previsível ou expectável que tal reparação se viesse a revelar imprescindível para o desempenho das tarefas que lhe estão inerentes.

Não se trata, do mesmo modo, de um risco inerente ao contrato, nestes apenas se podem incluir as reparações correntes e ordinárias ou aquelas que fossem previsíveis ou expectáveis.

Não se trata também de uma perda que já decorre do equilíbrio financeiro do contrato, na medida em que a previsão no preço contratual da eventual necessidade de reparações num valor de 19.627,65 euros, significaria a consideração preventiva de uma receita artificial o que não era admissível e, por outro lado, não é concebível fazer recair na entidade fornecedora o risco de grandes reparações, cuja necessidade pode até ter decorrido de uma utilização desadequada.

3.A inclusão no contrato de duas retroescavadoras novas traduziu uma melhoria muito significativa na produtividade e qualidade dos serviços facultados pelo que justificaria uma majoração do preço unitário, tendo em conta os preços de mercado de aluguer de máquinas novas. A não atualização dos referidos preços implicou um esforço complementar na cobertura dos custos globais do contrato, designadamente em sede de amortizações, cujo valor ascendeu a 13.591,78 euros. A aquisição destas máquinas ocorreu em data posterior à celebração do contrato em apreço.

O preço unitário constante do contrato é o preço correspondente a máquinas com muitos anos de utilização, a aquisição em data posterior (à data da outorga do contrato) de máquinas novas alterou substancialmente a prestação disponibilizada pela empresa, impondo a redefinição do respetivo preço unitário, de acordo com as regras do mercado.

O novo preço a considerar comporta os custos efetivamente incorridos pela empresa municipal e situa-se num valor inferior aos preços praticado por diferentes empresas privadas.

O valor unitário atual é de 52,34 euros e deve passar a ser de 69,34 euros, o que implica o pagamento do diferencial nos dias de utilização já pagos que corresponde à multiplicação dos dias de utilização de cada máquina (respetivamente, de 194 e 222 dias) pela diferença entre o preço inicial (52,34) e o novo preço (69,34), o que se traduz no montante de 7.072,00 euros, assim como a consideração desse novo preço unitário no mês de dezembro.

D) Conformidade com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

O regime jurídico da atividade empresarial local veio clarificar o âmbito das relações financeiras que podem ser estabelecidas entre uma empresa municipal e a entidade pública que a criou. Essas relações assumem duas formas jurídicas: a de contrato programa, inerente à prestação de serviços de interesse geral, e a de contrato administrativo típico, se estiver em causa a prestação de serviços ou o fornecimento de bens móveis.

A prestação de serviços, a vertente aqui em presença, deve ser remunerada em função das prestações contratuais a cargo da empresa, tendo por referência o preço de mercado (artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012). O preço destes contratos não constitui um subsídio à exploração (artigo 36.º, n.º 4, da mesma Lei).

A fixação dos preços contratuais, correspondentes à realização das prestações recebidas pela entidade pública, deve coadunar-se com as regras gerais da concorrência (artigo 34.º, n.º 1, da Lei citada). Esta sujeição às regras da concorrência significa que o preço pago pela prestação dos serviços não pode implicar, de forma sistemática e permanente, uma exploração deficitária do contrato, isto é, a prática de preços abaixo dos custos reais decorrentes dessa exploração. Nas prestações do contrato em que existe alternativa no mercado, sem prejuízo do exposto, os preços praticados, para além de não corresponderem às condições reais facultadas pela empresa municipal (inclusão das despesas de combustível), revelam-se superiores aos preços inicialmente apresentados e aos preços resultantes da reposição do equilíbrio financeiro.

Os preços fixados não podem traduzir uma forma de efetuar transferências financeiras para as empresas locais para além daquelas que remunerem os serviços efetivamente prestados,

ou seja, devem restringir-se estritamente aos custos reais efetivamente incorridos pela empresa.

Para este efeito deve ter-se em conta que a empresa não pode conceder empréstimos ao seu sócio único, isto é, a prática de preços inferiores aos custos reais inerentes ao contrato acaba por se traduzir na concessão de um empréstimo, o que está expressamente vedado pela lei (artigo 41.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012).

A reposição do equilíbrio financeiro do contrato não é um subsídio à exploração, antes representa estritamente a manutenção da equação financeira em que assentou a celebração do contrato, que se conformou com as regras legais vigentes e mereceu aprovação em sede dos instrumentos de gestão previsional da empresa para o corrente ano e da prestação semestral de contas, documentos devidamente validados pelo órgão fiscalizador da empresa.

A reposição do equilíbrio financeiro do contrato através da assunção dos encargos acima descritos é uma imposição legal que tem relação exclusiva e direta com as prestações que constituem o objeto do contrato e não implica, de forma expressa ou implícita, qualquer transferência financeira que extravase o seu âmbito.

E) O dever de reposição do equilíbrio financeiro do contrato

São três os factos que fundamentam a reposição do equilíbrio financeiro: o decréscimo significativo das receitas esperadas, em cerca de 35 %, tendo por referência o período de janeiro a novembro do corrente ano, um agravamento dos encargos de reparação da máquina Pá Carregadora de Rodas, modelo 936E e um outro agravamento dos encargos resultante da afetação ao contrato de duas máquinas retroescavadoras novas.

Tendo em conta que qualquer dos factos altera os pressupostos que determinaram o valor das prestações devidas pela execução do contrato, de acordo com o artigo 282.º, n.º 2, do CCP.

Tendo em conta que o destinatário dos serviços deve prestar à contraparte o valor correspondente ao decréscimo das receitas esperadas e ao agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato, de acordo com o artigo 282.º, n.º 3, do CCP.

Tendo em conta que o decréscimo das receitas esperadas apresenta um valor líquido, para os primeiros onze meses de duração do contrato, de 24.000,00 euros.

Tendo em conta que o agravamento dos encargos respeita a uma reparação extraordinária e imprevisível da máquina pá carregadora de rodas, modelo 936E, no montante de 19.627,65 euros.

Tendo em conta que o agravamento de encargos inerente à afetação de duas máquinas retroescavadoras novas impõe a majoração do preço unitário, desde a data da sua efetiva utilização, o que se traduz num preço unitário de 69,34 euros para o mês não faturado e a reposição da diferença entre o preço atual e o novo preço, que é de 17,00 euros, para os dias de utilização já faturados e pagos.

Tendo em conta que os valores indicados são suficientes e adequados para a reposição do equilíbrio financeiro do contrato, de acordo com o artigo 282.º, n.º 5, do CCP.

Tendo em conta que a reposição do equilíbrio financeiro do contrato se limita estritamente aos efeitos resultantes dos factos geradores do direito à reposição no valor das prestações afetadas, de acordo com o artigo 282.º, n.º 5, do CCP.

Tendo em conta que a reposição do equilíbrio financeiro não coloca qualquer das partes numa situação mais favorável do que a resultava do equilíbrio financeiro inicialmente estabelecido, de acordo com o artigo 282.º, n.º 6, do CCP.

Tendo em conta que a reposição do equilíbrio financeiro se limita a garantir o pagamento das despesas inerentes à prestação dos serviços, que permanecem abaixo dos preços de mercado, em conformidade com o artigo 36.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Tendo em conta que a redução de quantidades constitui uma modificação unilateral do conteúdo da prestação que impõe a reposição do equilíbrio financeiro do contrato quando o desvio seja superior a 5 % (cfr. acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 28/11/2000).

Tendo em conta que a manutenção do desequilíbrio financeiro do contrato se traduz, na prática, na concessão de um empréstimo por parte da empresa municipal ao seu sócio único, o que é legalmente proibido (artigo 41.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012).

Assim, a Câmara Municipal, com os fundamentos acima expostos e de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e com o artigo 282.º, do Código dos Contratos Públicos, e em conformidade com o disposto no Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), delibera repor o equilíbrio financeiro do contrato de prestação de serviços de aluguer de catorze máquinas de movimentação com características diversas sem operador para o ano de 2012 (n.º 87/2011), mediante a prestação à empresa municipal TUMG-Transportes Urbanos da

Marinha Grande do valor de cinquenta mil, seiscentos e noventa e nove euros e sessenta e cinco cêntimos, acrescido de IVA à taxa de 23%, nos seguintes moldes:

- a) Vinte e quatro mil euros, correspondentes ao decréscimo das receitas esperadas;**
- b) Dezanove mil, seiscentos e vinte e sete euros e sessenta e cinco cêntimos, correspondentes ao agravamento dos encargos previstos com a execução do contrato, em consequência da reparação extraordinária da máquina pá carregadora, modelo 936E;**
- c) Sete mil e setenta e dois euros, correspondentes à majoração do preço unitário das duas máquinas retroescavadoras novas para o período de janeiro a novembro de 2012.**

A Câmara Municipal delibera, com os mesmos fundamentos legais, fixar o preço unitário de 69,34 euros, por dia de utilização, para cada uma das máquinas retroescavadoras novas, a vigorar no mês de dezembro de 2012, acrescido de IVA à taxa de 23%.

A Câmara Municipal delibera, por último, aprovar a minuta do contrato de reposição do equilíbrio financeiro a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 2 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. António Santos, Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

6 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS.

861 - Considerando que, na sequência da aprovação do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande não pode continuar a incorporar no seu património (e objeto social) o aluguer de máquinas com características diversas.

Considerando que a adequação dos estatutos da empresa municipal, já aprovada pela Assembleia Municipal, não inclui no respetivo objeto essa componente da área de atividade da TUMG.

Considerando que a TUMG apresentou uma proposta que corresponde, em relação às três máquinas novas, ao seu valor líquido, que é de 75.860,00 euros.

Considerando que a TUMG apresentou uma proposta que corresponde, em relação às restantes onze máquinas, um valor de 15.000,00 euros, de acordo com orçamento obtido no mercado.

Considerando que se encontram preenchidos os requisitos previstos no n.º 2, do artigo 5.º, do Código dos Contratos Públicos, tendo em conta que este Município exerce sobre a empresa municipal um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços e que desenvolve o essencial da sua atividade em benefício desta autarquia.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e com o artigo 5.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, adquirir as catorze máquinas identificadas na proposta apresentada pela empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, pelo valor total de 90.860,00 euros (noventa mil, oitocentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa de 23%.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

7 - PRÉDIO DEGRADADO – RUA LUCIANO MIGUÉIS, N.º 17 – MARINHA GRANDE - RISCO DE DERROCADA DA COBERTURA – DERROCADA PARCIAL JÁ VERIFICADA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: MARIA CESARINA GUERRA MORAIS OLIVEIRA BELO - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.

862 - Considerando a denúncia efetuada pela arrendatária da moradia sita na Rua Luciano Miguéis, n.º 17, freguesia e concelho de Marinha Grande, Sr.ª. Maria José Oliveira da Rocha Antunes Rodrigues, portadora do Cartão de Cidadão n.º 00848752 9ZZ7, por carta recebida em 28-11-2012, na qual dá conta do agravamento da situação de degradação do telhado da casa que já habita há cerca de 35 anos e do receio que tem de que o mesmo acabe por ruir com graves consequências, já que tem duas crianças em casa;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

Considerando que das diligências efetuadas apurou-se que o prédio arrendado é propriedade de Maria Cesarina Guerra Morais Oliveira Belo, residente na Quinta do Amieiro, Lote 12, R/Chão Esquerdo, 6000-130 Castelo Branco;

Considerando que a arrendatária, Sr.ª. Maria José Rodrigues esteve na DJCP no dia 10-12-2012 e informou que a proprietária não manifestou qualquer interesse ou vontade em executar as obras de beneficiação e de conservação necessárias e que desde a data da entrada da sua denúncia parte do telhado da habitação em causa já ruiu,

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 16, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens que ali habitam e, eventualmente, para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.ª. Cláudia Mota e Arqt.ª. Margarida Abraúl, da DOPP-Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos e o Arqt.ª. Alexandre Fava, da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação à proprietária do prédio objeto da vistoria, Maria Cesarina Guerra Morais Oliveira Belo, residente na Quinta do Amieiro de Cima, Lote 12 - R/Chão Esq.º., Castelo Branco, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Deve igualmente notificar-se a arrendatária da habitação, para que faculte o acesso ao interior da mesma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2.ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA. CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2011. REDUÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA.

863 - Tendo em conta que, por deliberação camarária, de 06 de setembro de 2012, foram aprovados trabalhos a menos, no âmbito do contrato identificado, no valor de 26.585,19 euros.

Tendo em conta que por esse efeito o valor da caução prestada inicialmente pode e deve ser reduzido proporcionalmente em relação ao montante de trabalhos suprimidos.

Tendo em conta que apenas é exigida caução relativamente ao preço contratual, nos termos do artigo 89.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, e que este é atualizado em função da execução financeira do contrato.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, autorizar a redução da caução prestada, no âmbito do contrato de “Rede de saneamento no lugar de Passagem – 2.ª Fase – Vieira de Leiria”, no montante de 1.329,26 euros (mil, trezentos e vinte e nove euros e vinte seis cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - BENEFICIAÇÃO DA RUA 4 – FIGUEIRAS. CONCURSO PÚBLICO N.º 03/2006. REDUÇÃO DA CAUÇÃO PRESTADA.

864 - Tendo em conta que, por deliberação camarária, de 12 de março de 2009, foram aprovados trabalhos a menos, no âmbito do contrato identificado, no valor de 52.174,79 euros.

Tendo em conta que por esse efeito o valor da caução prestada inicialmente pode e deve ser reduzido proporcionalmente em relação ao montante de trabalhos suprimidos.

Tendo em conta que apenas é exigida caução relativamente ao preço total do contrato, nos termos do artigo 113.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, e que este é atualizado em função da execução financeira do contrato.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, autorizar a redução da caução prestada, no âmbito do contrato de “Beneficiação da Rua 4 – Figueiras”, no montante de 2.608,74 euros (dois mil, seiscentos e oito euros e setenta e quatro cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE” – CONCURSO PÚBLICO N.º 05/2010 (DEEM) – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA ENTRE ABRIL E JUNHO DE 2012

865 - Presente ofício com registo de entrada n.º 6234/2012 com data de 17/08/2012, apresentada pela firma “Lena Construções, SA”, propondo a aprovação de revisão de preços da empreitada “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande”.

Presente informação da D.O.E.M. com a ref.ª LF/12-22 de 17/12/2012, propondo a aprovação da revisão de preços definitiva entre abril e junho de 2012, da empreitada referida em epígrafe no valor de **8.604,90 € (oito mil, seiscentos e quatro euros e noventa cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª LF/12-22 de 17/12/2012 que fica anexa (Anexo 2) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços definitiva entre abril e junho de 2012, ao abrigo do disposto do n.º1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos, e do Decreto-Lei n.º6/2004, de 6 de janeiro, relativa à empreitada “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande”, adjudicada à firma “Lena Construções, SA, no valor de **8.604,90 € (oito mil, seiscentos e quatro euros e noventa cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 2 votos contra dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos.

O Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“O nosso voto contra consubstancia-se na decisão do Tribunal Administrativo Central que decidiu a nulidade desta adjudicação. Independentemente do duto parecer do Dr. Sérvulo Correia, encomendado pela Câmara, continuam, em nosso entender, a prevalecer imensas dúvidas sobre se os atos posteriores à adjudicação continuarão ou não a ser atos nulos.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração:

“Votámos favoravelmente porque face às dúvidas suscitadas sobre a continuidade das obras e validade do respetivo contrato foi presente na última reunião de Câmara parecer jurídico fundamentado que sustenta a legalidade da continuação do contrato e consequentemente a continuação das obras.”

O Sr. Vereador Dr. António Santos absteve-se e proferiu a seguinte declaração de voto:

“Abstive-me porque perante uma decisão superiormente proferida pelo S.T.A., um parecer muito bem elaborado e fundamentado, não deixa, por si só, de se tratar de um parecer, nada mais do que isso.

Perante a situação supradescrita, que me mantém na dúvida, optei pela abstenção.”

11 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP N.º 05/2010” - REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA (JULHO A NOVEMBRO DE 2012).

866 - Presente informação da D.O.E.M. com a ref.ª LF/12-23 de 14/12/2012, propondo a aprovação da revisão de preços provisória, relativa ao período compreendido entre julho e novembro de 2012, no valor de 27.774,46 € (vinte e sete mil, setecentos e setenta e quatro euros e quarenta e seis centimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª LF/12-23 de 14/12/2012 que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços provisória, relativa ao período compreendido entre julho e novembro de 2012, no valor de 27.774,46 € (vinte e sete mil, setecentos e setenta e quatro euros e quarenta e seis centimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da empreitada designada por “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE - CP 05/10 (DEEM)”, adjudicada à firma Lena, Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 2 votos contra dos Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira e Sr. José Luís Sousa e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos.

Os Srs. Vereadores Dr. Vítor Pereira, Sr. Paulo Vicente e Dr. António Santos reiteraram as respetivas declarações de voto proferidas na votação do ponto anterior (ponto 10), referente à mesma empreitada.

12 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA - CP 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (JUNHO A SETEMBRO DE 2011).

867 - Presente informação da D.O.E.M. com a ref.ª AR/07.2012 de 14/12/2012, propondo a aprovação da revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre junho e

setembro de 2011, no valor de 4.791,45 (quatro mil, setecentos e noventa e um euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que o cálculo da revisão de preços definitiva deve ser efetuado logo que sejam publicados os indicadores económicos para o período em referência, nos termos do artigo 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 6/2004.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª AR/07.2012 de 14/12/2012 que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera o seguinte:

- a) aprovar a revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre junho de 2011 e setembro de 2011, no valor de 4.791,45 (quatro mil, setecentos e noventa e um euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma HABITÂMEGA - Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto — Lei N.º 6/04, de 6 de Janeiro;
- b) proceder ao pagamento apenas do valor de 218,36 € (duzentos e dezoito euros e trinta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o artigo 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 6/2004.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA - CP 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA (OUTUBRO DE 2011 A JUNHO 2012).

868 - Presente informação da D.O.E.M. com a ref.ª AR/08.2012 de 14/12/2012, propondo a aprovação da revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre outubro de 2011 e junho de 2012, no valor de 3.810,37 (três mil, oitocentos e dez euros e trinta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que o cálculo da revisão de preços definitiva deve ser efetuado logo que sejam publicados os indicadores económicos para o período em referência, nos termos do artigo 16.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 6/2004.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª AR/08.2012 de 14/12/2012 que fica anexa (Anexo 5) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços definitiva, relativa ao período compreendido entre outubro de 2011 e junho de 2012, no valor de 3.810,37 (três mil, oitocentos e dez euros e trinta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da empreitada designada por

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

“REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma HABITÂMEGA - Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA - CP 06/2010” – REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA (JULHO A NOVEMBRO DE 2012).

86g - Presente informação da D.O.E.M. com a ref.ª AR/09.2012 de 14/12/2012, propondo a aprovação da revisão de preços provisória, relativa ao período compreendido entre julho e novembro de 2012, no valor 1.423,14 € (mil, quatrocentos e vinte e três euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª AR/09.2012, de 14/12/2012 que fica anexa (Anexo 6) e aqui se dá por reproduzida, a Câmara delibera aprovar a revisão de preços provisória, relativa ao período compreendido entre julho e novembro de 2012, no valor de 1.423,14 € (mil, quatrocentos e vinte e três euros e catorze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma HABITÂMEGA - Construções, SA, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 382º do Código dos Contratos Públicos e do Decreto – Lei N.º 6/04, de 6 de Janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM PARA O ANO DE 2013 - ADJUDICAÇÃO

870 - Presente a requisição interna da DEDIS, na qual se informa que é necessário contratualizar os serviços de transportes escolares e outros, por estes serem imprescindíveis ao funcionamento dos diversos estabelecimentos de ensino e à realização de actividades municipais e outras.

Considerando que a contratação pelo município dos serviços da Empresa Municipal TUMG, EM no que respeita aos transportes escolares e outros não carece de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

por: *“...a parte II do presente Código não é aplicável à formação de contratos, independentemente do seu objecto, a celebrar por entidades adjudicantes com uma outra entidade, desde que:*

a) A entidade adjudicante exerça sobre a actividade desta, isoladamente ou em conjunto com outras entidades adjudicantes, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços.

b) Esta entidade desenvolva o essencial da sua actividade em benefício de uma ou várias entidades adjudicantes que exerçam sobre ela o controlo análogo referido na alínea anterior...”, se tratar de contratação excluída.

Atento o exposto e considerando que o município pode contratualizar a aquisição de serviços directamente junto da Empresa Municipal TUMG, EM por reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- O Município exerce sobre a empresa municipal o mesmo tipo de controlo que exerce sobre os seus serviços. No caso em apreço acresce ainda que o Município da Marinha Grande detém 100% do capital social da TUMG, EM.
- A Empresa Municipal TUMG, EM realiza a maior parte dos seus serviços com o Município.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para o *“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTES ESCOLARES E OUTROS A CELEBRAR COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG PARA O ANO DE 2012 E 2013 - EXCEPTO TRANSPORTES URBANOS”*, na classificação orgânica/económica 0103/020210 e ação do PAM 2011/A/112.

Considerando que para a prestação do serviço de transportes escolares e outros, para o ano de 2013, a Empresa Municipal apresentou duas propostas que se anexam e que os serviços da DEDIS atentos os valores das mesmas estimaram a globalidade dos serviços a prestar em 2013 no valor 338.850,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 6 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, não estão sujeitas ao disposto nos números 1 e 4 do artigo 26.º da mesma lei, e que desse modo não estão sujeitas a parecer prévio vinculativo e redução remuneratória: *“A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 24 de Abril, 34/2010, de 2 de Setembro, e 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e pela presente lei, entre si ou com entidades públicas empresariais.”*

Face exposto e considerando que:

- É necessário proceder à contratação do serviço de transportes escolares e outros;

- Se pretende que esta contratação seja efectuada pelo período de 02-01-2013 a 31-12-2013;
- Foi emitida, informação a atestar que está inscrita verba na acção do PAM 112/A/2011, classificação orgânica/económica 0103/020210, o montante de 338.850,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

A Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redacção actual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, adjudicar a celebração de contrato de transportes escolares e outros, para o ano de 2013, à empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM, até ao montante máximo de 338.850,00 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%, perfazendo o total com IVA de 359.181,00 euros.

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minuta do contrato a celebrar entre as partes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é Vogal do Conselho de Administração da TUMG, E.M..

16 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MÉDIA TENSÃO E EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL PARA O PERÍODO DE 12 MESES COM INÍCIO PREVISTO A 1 DE FEVEREIRO DE 2013.

871 - Presente informação TF/11/2012 e requisição interna n.º 9984, do serviço da DOEM – Divisão de obras e equipamentos municipais, na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de energia eléctrica em média tensão e em baixa tensão especial para o período de 12 meses com início previsto a 1 de fevereiro de 2013.

Considerando que o serviço requisitante propõe a contratualização do fornecimento de energia eléctrica em média tensão e em baixa tensão especial por ajuste direto, no âmbito do Acordo quadro para o fornecimento de electricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental, realizado pela ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas), nos termos do artigo 26.º, n.º 1, alínea e) do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que a realização de ajuste direto nos termos propostos implica o convite obrigatório às seguintes entidades cocontratantes da ANCP:

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.;
- Galp Power S.A.;
- Iberdrola Generación S.A.U.

Considerando que os preços unitários a apresentar pelos concorrentes em sede de proposta não podem ser superiores aos preços em vigor no CNCP (Catálogo Nacional de Compras Públicas).

Considerando que as condições técnicas a submeter à concorrência para a aquisição da energia elétrica são as definidas pela ANCP.

Considerando que os serviços definiram os lotes e os seguintes preços base para o fornecimento de energia elétrica no âmbito do mercado liberalizado:

Mercado liberalizado		
Lote	Fornecimento de electricidade	Preço Base sem IVA
2	Média Tensão (MT)	127.866,77 €
1	Baixa Tensão Especial (BTE)	91.854,79 €
Total Global		219.721,56 €

Considerando que os serviços estimaram os valores descritos no quadro seguinte para as **tarifas de acesso às redes**:

	Valor sem IVA
Média Tensão (MT)	100.101,10 €
Baixa Tensão Especial (BTE)	88.045,04 €
Total Global	188.146,14 €

Considerando que o valor estimado da despesa relativa ao fornecimento de energia elétrica no mercado liberalizado e tarifas de acesso à rede ascende a 407.867,70 € euros, acrescidos de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 12/112012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para o “Fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial” para o período de 12 meses com

início previsto a 1 de fevereiro de 2013, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012, ação do PAM 2011/A/109, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 relativa ao fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial, nas classificações orgânica/económica 0103/ 020201 e 0103/ 06020399.

Atento o serviço objeto do contrato e considerando que o mesmo consubstancia um serviço essencial previsto no n.º2 do art.º 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.ºs 12/2008 de 26 de Fevereiro e 24/2008 de 2 de Junho, por se tratar de um serviço de fornecimento de energia elétrica, este, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 69.º do Decreto-lei n.º 29-A/2011 de 1 de Março não está sujeito ao disposto nos n.ºs 1 e 4 do art.º 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a saber redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.

Considerando que é possível delegar a competência para autorizar a realização da despesa no Presidente da Câmara até ao montante de 748.196,85 euros.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços, de acordo com os artigos 26.º, n.º 1, alínea e), 36.º, n.º1, 38.º, 40.º, n.º 2, 67.º, n.º 1, 109.º, n.º 3, 258.º e 259.º, todos do Código dos Contratos Públicos, artigos 18º, n.º 1, alínea b), 29º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e de acordo com o artigo 64º, n.º 1, alíneas d) e q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Aprovar as peças do procedimento (convite e as condições técnicas do contrato celebrado pela ANCP com as entidades a convidar);
- c) Adotar o procedimento de ajuste direto, com vista à aquisição do fornecimento de energia elétrica em MT e BTE para o ano de 2012, nos termos do artigo 26.º, n.º 1, alínea e), do CCP;
- d) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
 - ✓ Eng.º Telmo Faria, Presidente;
 - ✓ Eng.ª Susana Silva, Vogal;
 - ✓ Dr.ª Sara Coelho, Vogal;
 - ✓ Eng.ª Ludmila, Vogal Suplente;
 - ✓ Catarina Silva, Vogal Suplente.

- f) **Delegar no Presidente da Câmara Municipal, a competência para autorizar a realização da despesa até ao montante de quatrocentos e sete mil oitocentos e sessenta e sete euros e setenta cêntimos, no âmbito do procedimento de formação de contrato cujo objeto consiste no fornecimento de energia elétrica em média tensão e em baixa tensão especial e tarifas de acesso à rede.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - SERVIÇOS POSTAIS PARA A ÁREA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E EXPEDIENTE, PARA O ANO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

872 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação e requisição interna n.º 3891 da área de serviços administrativos e expediente pertencentes à DGR – Divisão Administrativa e de Gestão de Recursos Humanos na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços postais para a área de serviços administrativos e expediente, para o ano de 2013.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 para a contratação da *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS PARA A ÁREA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E EXPEDIENTE”*, na classificação orgânica/económica 0103/020209 e ação do PAM 2012/A/20.

Considerando que o valor estimado para serviços postais, para o ano de 2013, pela Área de Serviços Administrativos e Expediente é de 14.500,00 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços postais para a área de serviços administrativos e expediente, para o ano de 2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a *“Serviços Postais para a Área de Serviços Administrativos e Expediente, para o ano de 2013”* para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - SERVIÇOS POSTAIS PARA A ÁREA DAS ÁGUAS E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2013 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

873 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LPCA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LPCA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 Dezembro de 2011, não se encontrava em vigor a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando a informação e requisição interna n.º 9388 do serviço da DASUP na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de serviços postais para a Área das Águas e Saneamento, para o ano de 2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2013 da despesa relativa aos serviços postais da área de águas e saneamento na ação do PAM 2011/A/5 *“CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DA GESTÃO COMERCIAL DO SERVIÇO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS”*, classificação orgânica/económica 11/020209.

Considerando que o valor estimado desta despesa, para o ano de 2013, é de 65.000,00 euros.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização de serviços postais para a Área das Águas e Saneamento, para o ano de 2013.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos a “Serviços Postais para a Área das Águas e Saneamento, para o ano de 2013” para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - P.A. N.º 21/2011-AP/DEDIS - “ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ANOS LETIVOS 2011/2012 E 2012/2013”- REVISÃO DE PREÇOS

Assunto retirado da ordem do dia.

20 - AGREGAÇÃO DE AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E DE ESCOLAS NÃO AGRUPADAS. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

874 - A Direção Regional de Educação do Centro, através do ofício n.º 32259/2012, de 17 de dezembro de 2012, vêm solicitar a emissão de parecer do município, sobre a proposta de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

agregação de unidades de gestão, no prazo de 10 dias, nos termos do Despacho n.º 4463/2011, de 11 de março, do Secretário de Estado da Educação.

Considerando que na reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia 13 de novembro de 2012, foi deliberado a constituição de um grupo de trabalho, composto pela Vereadora da Educação da Câmara Municipal da Marinha Grande, o Diretor do Agrupamento de Escolas Guilherme Stephens, a Diretora do Agrupamento de Escolas Nery Capucho, a Diretora do Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, a Diretora da Escola Secundária Pinhal do Rei, o Diretor da Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte e o responsável pela Federação Regional de Associações de Pais e Encarregados de Educação de Leiria, com vista à elaboração de uma proposta de agregação de unidades de gestão no concelho da Marinha Grande.

Considerando que o grupo de trabalho apresentou a proposta de agregação, constante no anexo I e que aqui se dá por integralmente reproduzida;

Considerando que a proposta aprovada no Conselho Municipal de Educação foi elaborada nos termos do artigo 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Considerando que na reunião do conselho municipal de educação, realizada no dia 12 de dezembro foi aprovada a proposta de agregação de unidades de gestão;

Considerando que no dia 14 de dezembro, foi realizada na Biblioteca Municipal, uma reunião convocada pela Direção Regional de Educação do Centro, onde se encontraram presentes, a Diretora Regional de Educação, a Vereadora da Educação da Câmara Municipal da Marinha Grande os Diretores e Presidentes dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, com vista à análise do processo de reorganização e consolidação da rede escolar do concelho da Marinha Grande e, análise e discussão da proposta de constituição dos Agrupamentos de Escolas, do qual foi elaborada a ata, constante no anexo II.

Considerando nos termos do n.º 3 do Despacho n.º 4463/2011, de 11 de março, do Secretário de Estado da Educação, determina o seguinte: “(...) quando da iniciativa das DRE, as propostas de agregação de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas são precedidos de consulta aos conselhos gerais dos agrupamentos e escolas e aos municípios respetivos, os quais devem pronunciar-se no prazo máximo de 10 dias, equivalendo o silêncio à aceitação tácita das propostas”

A Câmara apreciou a proposta de agregação das unidades de gestão e delibera no uso de competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, aprovar a

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

proposta de agregação das unidades de gestão (Anexo 7), apresentada pela Direção Regional de Educação do Centro, por ter sido a mesma que foi aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2013

875 - Presente informação n.º 1405 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social (DEDIS), datada de 17 de dezembro do corrente ano, referente à atualização do valor das rendas de habitação social da Bairro do Camarnal (velho), Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:

1 – Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/12	RENDA/13
3	Maria Arlete Costa Cruz	1.º Dto	1993	36,15€	36,15€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

2 – Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
5	Maria de Fátima Gomes Almeida Batista	2.º A	Dez. 2009	28,27€	29,51€

3 – Bairro do Camarnal

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
Olímpia Oliveira Vicente	11	01/07/2001	98,43€	100,38€
Alda Silva Vasconcelos	10	03/01/2007	81,65€	85,45 €

Mais delibera que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor, a partir do dia 1 de janeiro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – ESTORNO DE VALORES - APÓS AUDIÊNCIA PRÉVIA

876 - A Câmara Municipal, na reunião camarária de 31 de outubro de 2012, deliberou, em sede de audiência prévia, conceder aos requerentes do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, cujos prazos limite para entrega dos documentos comprovativos de despesa expiraram em 2011 e/ou 2012, o prazo de 10 (dez) dias úteis, para se pronunciarem sobre a perda do direito ao recebimento do valor da(s) tranche(s) do incentivo à natalidade, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo (Anexo I).

Considerando que os requerentes notificados, constantes no quadro infra, não apresentaram qualquer exposição relativamente à perda de direito ao recebimento do valor da(s) tranche(s).

4.º trimestre 2010				
Nome requerente	Contribuinte	Limite 1.ª tranche	Limite 2.ª tranche	Valor expirado
Carlos Manuel Basílio Marques	184828724	-	30/09/2012	250,00€
Nelson José Pereira Fernandes	200811100	30/09/2011	-	250,00€
Susete Margarida Gonçalves Pedro	238588300	30/09/2011	30/09/2012	500,00€
Claudia Pedro Farto Fernandes	201271656	30/09/2011	-	250,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

1.º trimestre 2011				
Carlo António Caminha Martins	218585160	-	30/09/2012	250,00€
2.º trimestre 2011				
Telmo Manuel David Pereira	226441849	14/10/2011	31/03/2012	700,00€
Total				2.200,00€

A Câmara Municipal analisou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea d), do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder ao estorno do valor da respetiva tranche, aos requerentes constantes na tabela supramencionada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA – ANÁLISE DE RECLAMAÇÃO - ESTORNO DE VALORES - APÓS AUDIÊNCIA PRÉVIA

877 - A Câmara Municipal, na reunião camarária de 31 de outubro de 2012, deliberou, em sede de audiência prévia, conceder aos requerentes do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, cujos prazos limite para entrega dos documentos comprovativos de despesa expiraram em 2011 e/ou 2012, o prazo de 10 (dez) dias úteis, para se pronunciarem sobre a perda do direito ao recebimento do valor da(s) tranche(s) do incentivo à natalidade, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo (Anexo I).

Em 22 de outubro de 2012, deu entrada nos serviços da Câmara Municipal, com o registo n.º 8571, uma exposição apresentada pela Sr.ª D.ª Maria da Conceição Rosa Santos, uma das requerentes notificadas sobre o acima exposto, onde alega (...) *ter confundido a data de entrega dos documentos* (...), (Anexo II).

Considerando que foram tomadas todas as providências relativamente à comunicação dos prazos, quer no ofício a informar o deferimento da candidatura, quer no ofício enviado a alertar a aproximação do prazo limite estipulado (Anexo III).

A Câmara Municipal analisou o exposto e delibera, ao abrigo da alínea d), do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, indeferir o pedido de aceitação dos documentos de despesa relativos à 2.ª tranche e proceder ao estorno do valor da referida tranche, da seguinte requerente:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

4.º trimestre 2011				
Maria da Encarnação Rosa Confraria Santos	195424174	Entregue dentro prazo	30/09/2012	250,00€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA MOITA

878 - Considerando que, de acordo com o estipulado no Protocolo de Delegação de Competências, celebrado com a Junta de Freguesia da Moita, foi delegada a execução de asfaltamentos em ruas de zonas periféricas da freguesia e que o Plano de Atividades Municipal contempla verba adequada para a execução da intervenção na Rua do Campo, na freguesia da Moita.

Considerando que na preparação do Plano de Atividades Municipal do presente ano foram consideradas as diferentes necessidades submetidas a apreciação pelas Juntas de Freguesia, tendo sido prevista verba suficiente para a realização da referida intervenção (classificação orgânica e económica 0103/08050103).

Considerando que os trabalhos em causa são imprescindíveis à criação de boas condições de circulação na freguesia da Moita.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a alínea C), do artigo 4.º, do Protocolo de Delegação de Competências celebrado com a Junta de Freguesia da Moita, autorizar a realização de asfaltamento na Rua do Campo, na freguesia da Moita, assegurando-se a transferência de 26.982,68 euros, mediante a apresentação prévia das respetivas faturas, acrescido de IVA à taxa de 6%.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida nesta altura, entre as 11:15 h e as 11:30 h, para um pequeno intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**25 - PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2013: GRANDES
OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO**

879 - Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2013, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o art. 4.º n.º 2 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2013-2016

Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande num total de 38.261.837,55 (*trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e trinta e sete euros e cinquenta e cinco centimos*) e com um total de financiamento definido para o ano de 2013 de 11.498.053,03€ (*onze milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, cinquenta e três euros e três centimos*);

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande num total de 42.382.600,98 € (*quarenta e dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos euros e noventa e oito centimos*) com um total de financiamento definido para o ano de 2013 de 11.612.256,04€ (*onze milhões, seiscentos e doze mil, duzentos e cinquenta e seis euros e quatro centimos*) procedendo-se à análise e discussão dos mesmos.

Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa (**Anexo 11**) **à presente acta, foi o mesmo aprovado, e nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2, do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º, do mesmo diploma.**

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual.

Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa (Anexo 12) à presente ata, foi deliberado submetê-lo a aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 5.º, n.º 3 da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 3.º, n.º 2, alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, e artigo 64.º, n.º 6 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual.

ORÇAMENTO PARA 2013

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2013, num total de 30.139.816,63 € (*trinta milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e dezasseis euros e sessenta e três cêntimos*) procedendo-se à sua análise e discussão.

Colocados os documentos à votação foram os mesmos aprovados, e nos termos do disposto na alínea c) do nº 2, do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, foi deliberado submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

Os Srs. Vereadores da CDU votaram contra e proferiram a seguinte declaração de voto:

“Os vereadores da CDU entendem que os Documentos Previsionais são instrumentos fundamentais e decisivos para uma correcta definição estratégica da política autárquica.

Infelizmente, o executivo permanente brinda de novo o concelho com uma proposta sem estratégia, inexecutável e totalmente incongruente no que diz respeito à definição de linhas orientadoras que satisfaçam as necessidades de desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida dos marinhenses, vieirenses e moitenses.

Não podemos também deixar de sublinhar, condenar e repudiar o atraso na apresentação destes documentos. Novamente tudo foi feito em cima do joelho e nos prazos limites para a sua apresentação e discussão. Na realidade, quando se entregam estes documentos com uma antecedência de 48 horas não se pretende qualquer contributo da oposição, levando-nos inclusivamente a pensar que se pretende impedir até a sua análise.

A política concelhia seguida pelo executivo do Partido Socialista nos últimos três anos foi desastrosa. Este executivo nunca foi capaz de implementar uma estratégia, nunca existiu qualquer planeamento e a gestão pública foi feita sem rumo e agravada por uma inércia que a todos impressiona pela negativa. Uma iniciativa aqui, uma iniciativa ali, mil desculpas por tudo e por nada e a estafada e esfarrapada desresponsabilização em que

a culpa é sempre dos outros ou de uma qualquer lei. A política de desculpabilização e o sacudir da água do capote, foram o sinal de referência do executivo do Partido Socialista.

Além da continuação dos projectos deixados pela CDU, nada mais se vislumbra de positivo na actuação do Partido Socialista. Mas mesmo estes, inquinados com conhecidos problemas criados pelo PS, nomeadamente os verificados com a adjudicação do Edifício da Resinagem.

De polémica em polémica, criando problemas uns atrás dos outros, a incapacidade foi total para enfrentar as dificuldades e sem ideias para resolver os grandes problemas do Município. É esta a gestão do PS na nossa Câmara.

Praticamente, tudo o que o PS prometeu na campanha eleitoral ficará por cumprir. Seria exaustivo mencionar aqui todas as promessas não cumpridas mas os eleitores não têm a memória curta e saberão penalizar este executivo por tudo o que não fez mas também pelo atabalhoamento naquilo (pouco) que tem feito.

O presente Orçamento ronda os 30 M €, sendo que cerca de 17 M€ em despesas correntes e 13 M € em despesas de capital. Assinala-se que na previsão da receita 4,6 M € estão inseridos na rubrica relativa a venda de bens de investimento, sabendo-se que esta arrecadação de receitas é praticamente irrealizável, facilmente se percebe que a verba disponível para investimento real não ultrapassará os 5,5 M€. A conclusão inevitável é que a proposta apresentada é completamente irrealizável e não constitui outra coisa a não ser atirar areia para os olhos dos munícipes. É de perguntar agora ao executivo PS, onde está o Orçamento de verdade que prometeram ao eleitorado?

Na rubrica das despesas correntes, nomeadamente no que concerne a aquisição de bens e serviços no valor de 9,4 M € (31,3% das despesas correntes), é de sublinhar a impressionante verba de mais de 2,3 M € relativa a pagamentos à SIMLIS, resultado negativo e altamente lesivo dos munícipes, da total responsabilidade dos executivos do Partido Socialista.

Conhecida que é a nossa proposta estratégica em termos de desenvolvimento económico, é deveras preocupante a verba de 200.000 € para a expansão da Zona Industrial. A definição deste valor para 2013, significa que a intervenção vai ser pouco mais que nula e mais um ano vai passar sem nada se fazer para consolidar e aumentar a competitividade do concelho.

As grandes opções da CDU são conhecidas. Passam essencialmente pelo desenvolvimento económico; pelo alargamento significativo da rede de Saneamento Básico, pois é uma das mais sentidas necessidades das pessoas; pela construção dum novo depósito de águas para consumo doméstico, pois o único existente no Alto dos Picotes é manifestamente insuficiente e necessita de cuidados imediatos que não se podem realizar em virtude de não existir alternativa. Esta obra implicará igualmente a reparação da actual adutora onde se perde cerca de 40% da água retirada dos Picotes; pela intervenção nos diversos lugares do Concelho, nomeadamente na reparação de inúmeras vias de comunicação de forma a uma melhor qualidade de vida das populações.

Analisados os Documentos Previsionais, constatamos que em termos de Saneamento Básico, estão somente definidos 123.000 €. Em termos de reservatórios nada está previsto a não ser uma pequena verba para a elaboração de (mais) um estudo.

Preocupante são igualmente as verbas destinadas à cultura de 303.000 € e ao Desporto de 294.000 €. Caricata é a verba de 1.000 € destinada ao Desenvolvimento Turístico.

Outra das grandes preocupações da CDU diz respeito ao investimento nos diversos lugares do concelho concretamente a rede viária. Em termos de investimentos definidos, somos confrontados com uma verba de cerca de 780.000 €, manifestamente insuficiente para as reais necessidades das populações.

Concluindo. Estamos perante um Orçamento de mera gestão corrente e completamente inexecutável atendendo a que as receitas de capital não suportam as anunciadas despesas de investimento. Estamos perante um Orçamento que não consubstancia qualquer estratégia de desenvolvimento para o concelho. Estamos perante um Orçamento que não responde à satisfação das necessidades mais sentidas pelas populações.

Gostaríamos que nos tivessem apresentado uma proposta que merecesse a nossa aprovação. Isso era sinal que o nosso concelho sairia a ganhar. Infelizmente não é essa a realidade.

Não nos resta outra alternativa a não ser a expressão do nosso voto contra."

O Sr. Vereador Dr. António Santos absteve-se e proferiu a seguinte declaração de voto:

"Passados que foram três anos após a tomada de posse deste Governo local, já podemos analisar de forma mais cuidada, o sentido e alcance desta governação, antes mesmo de fazermos uma análise mais aprofundada ao Orçamento Municipal para o ano de 2013. Doravante designado por OM2013.

Quanto ao sentido de governação podemos verificar que, ao longo destes anos, não houve a utilização de qualquer estratégia nem o recurso a qualquer metodologia para definição de um caminho ou rumo que devia ser tomado no sentido do concelho desabrochar do marasmo a que tem estado submetido nestas quase quatro décadas.

O executivo limitou-se, não só, fazer uma governação comedida e sem grandes cavalgadas, dirigida apenas à resolução de problemas espontâneos à medida que iam surgindo, mas também por vezes e não tão poucas como isso, criando situações de embaraço, quer para os trabalhadores da Câmara Municipal, quer para os próprios Municípios Marinhenses, senão vejamos:

No princípio da governação o executivo, na pessoa do seu Presidente, começou por alarmar os trabalhadores Municipais, afirmando que não havia dinheiro para lhes pagar. Felizmente, para todos,

que tal situação não se veio a confirmar não passando de uma frase ou momento descontextualizado e inoportuno.

Depois, mais tarde, ameaçou que ia entregar a chave do Município, invocando a lei dos compromissos. Viemos a saber, em plena reunião camarária, pelo próprio Presidente, que o aparelho partidário do PS, não permitiu que tal situação se verificasse, não deixando de ser, mais um “show off”.

Esta situação leva-nos ainda a escarpelizar que, afinal, quem manda nos desígnios do concelho, não é em quem a população Marinhense, Vieirense ou Moitense votou, mas a máquina partidária do PS que está por trás e que toma as decisões da nossa terra.

Fez-se uma única Bienal, com toda a pompa e circunstância, com gastos desmesurados de dinheiros públicos para nunca mais se fazer, perdendo-se, assim, mais um hábito há bastante tempo enraizado e de certa forma aceite pelas nossas gentes.

Ao Edifício Atrium ainda, até à presente data, não foi dada qualquer utilização, nem tão pouco surgiram ideias para a sua revitalização. Não é por acaso que lhe chamam um elefante branco construído pelo PS. Esperemos que não surjam mais...

Se o Centro histórico estava uma lástima na vigência do executivo anterior, agora, com o decorrer dos anos, não há adjetivos para o classificar ou qualificar, pese embora a existência de estudos e planos já executados ao longo dos anos, sem qualquer resultado prático, como pode ser analisado “in loco”. Atrevemo-nos, agora, dizer que está simplesmente horroroso porque passar pelo coração da nossa cidade não só se deslumbram imagens e cores degradantes como se torna um perigo para a integridade física de quem por ali passa.

Dentro de uma tónica de total colaboração para o engrandecimento do nosso concelho, em 2010, propusemos ao executivo a assinatura favorável do OM2011, com o preenchimento de vários pressupostos, passando a descrever o que constou na declaração de voto da altura: “Dentro desta premissa e para que o concelho não estagne mais no tempo, pois, em pleno século XXI, ainda andamos a discutir a construção de infra-estruturas de base, quando já devíamos estar num patamar mais avançado, entendemos aprovar o orçamento municipal para o ano 2011, doravante designado por OM2011, com o compromisso de se realizarem determinadas infra-estruturas, a saber:

- A construção do mercado municipal ou a piscina;

- Revitalização do Centro Histórico, no seu todo, aproveitando-se, para isso, os já existentes estudos e levantamentos elaborados pelos executivos anteriores;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

- 1%, do IRS pago pelos cidadãos com residência no concelho devem reverter para a aquisição de medicamentos por parte dos mais carenciados. Fica, assim, revogada a proposta actualmente em vigor.

Pena que esta medida só entre em vigor em 2012, com efeitos práticos em 2013, mas vale mais tarde do que nunca. Com esta decisão, os cidadãos mais carenciados da Marinha Grande, Vieira e Moita, vão receber para ajuda na aquisição dos medicamentos, cerca de 350 000€;

- A construção de um ecoponto gigante. Este ecoponto tem como finalidade depositar todos os produtos sólidos e poluentes para o meio ambiente. Entre outros podemos destacar os electrodomésticos e todo o material electrónico ultrapassado, cujo lixo, começa a ser já uma preocupação para o impacto ambiental.

Conforme tivemos oportunidade de referir a sua construção, no que é de construir, devia ter início em 2 011."

Escusado será dizer que neste momento nada, ainda, foi cumprido o que é de lamentar.

Foi, assim, quebrado um acordo bilateral e sinalagmático por parte da Edilidade não se vislumbrando, até pela leitura do OM2013, que o prometido venha a ser concretizado.

O Protocolo com o UDL, pese embora a nossa insistência para que ficasse a constar uma garantia para salvaguardar eventuais não cumprimentos, não foi tomada em consideração pelo executivo e o resultado está à vista. O UDL, não cumpriu, o relvado não está pago, presumindo nós, e a imagem da nossa cidade saiu profundamente depauperada.

A este propósito, já foi por nós pedido, por escrito, o ponto da situação, numa perspectiva puramente qualitativa e, até à presente data, lamentavelmente, ainda nada nos foi respondido, tomando em consideração que o pedido inicial verificou-se em 16-08, do ano em curso.

A situação da resinagem também é um caso para referenciar, muito pela negativa, não se compreendendo que se exclua uma empresa que usou palavras em inglês, quando, na verdade, a empresa ganhadora também tinha usado as mesmas palavras escritas na mesma língua.

Também sobre este assunto foi por nós solicitado o ponto da situação, verbalmente e por escrito, mas também até à presente data, nada nos foi transmitido, mostrando este executivo uma total falta de transparência no que diz respeito aos assuntos relacionados com a vida interna camarária, desrespeitando, inclusivamente, um representante eleito democraticamente pela população da Marinha Grande, nas ultimas eleições autárquicas de 2009.

A desmaterialização dos Serviços Camarários ainda estão por fazer não tendo sido disponibilizadas verbas suficientes para tornar um serviço mais eficiente.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

Ainda não temos saneamento básico concluído, nem perto disso, e as verbas disponíveis neste OM2013 são exíguas.

A freguesia da Moita foi dotada ao esquecimento, pura e simplesmente.

Muito mais havia para acrescentar, quer ao nível da cultura, da educação, entre outras, mas podemos sintetizar de uma forma simples e prática que o concelho da Marinha, nestes últimos três anos estagnou e o que por nós foi acordado, nada foi cumprido, nem tão pouco o seu próprio programa eleitoral ainda se encontra muito aquém do previamente estabelecido em campanha eleitoral.

Foram três anos sem ideias. Apenas foi dada continuidade ao que já estava projetado anteriormente. Nada de novo foi construído.

Análise do OM2013

Em entrevista dada a um jornal local (JMG) em 27-01-2011 o vice-presidente do atual executivo afirmou o que passamos a citar: “o orçamento deve apresentar a realidade económica e financeira do município em total respeito pela legalidade. É pois um orçamento de verdade rigor e absoluta transparência”. Nem sempre foi assim, nestes últimos anos, como é do conhecimento de todos. E é pena! Pois a diferença que procuramos gravar neste executivo, também passa por aqui...fim de citação.

Com esta afirmação, para além de colocar em causa os orçamentos anteriores, resta-nos questionar que inovação e diferenças existem neste OM2013?

Respondemos que não existe qualquer diferença dos anteriormente apresentados e que se trata de um OM2013 elaborado com os mesmos erros, não refletindo a realidade económica e financeira do Município, conforme podemos analisar infra.

É oportuno, agora, fazer-mos de forma sintética, a reflexão e conclusão.

Se na parte das receitas, temos a venda de bens de investimento – BENS IMÓVEIS, por valores desajustados da realidade, na parte da Despesa, há um aumento de verbas destinadas à causa social, o que nos apraz registar com alguma satisfação.

Mas com este OM2013 a Marinha Grande e as suas gentes, não vão, com certeza, ver diferenças ou modificações ao longo do próximo ano. Tudo vai ficar mais do mesmo...

Por isso este OM2013 não serve para ir ao encontro das necessidades da população Marinhense, Vieirense e Moitense.

Temos consciência, contudo, que os tempos que correm não são os mais favoráveis, mas também temos noção que, com políticas diferentes, se pode fazer muito mais e melhor.

Ultimamente temos assistido à lamentação, de forma sistemática, por parte do executivo, que a não feitura de obras plasmadas no seu programa eleitoral, devem-se ao rigor imposto pela lei dos compromissos. Como é óbvio nunca estivemos de acordo com estas lamentações, tendo em todas as circunstâncias em que foram evidenciadas, mostrado a nossa indignação e, até por vezes, contestando o que estava a ser dito.

Se um documento desta envergadura não fosse aprovado, a gestão camarária, verdadeiramente dita, para o futuro, deixava de ser feita e passava a ser uma mera gestão, onde não se podiam vislumbrar grandes desenvolvimentos ou melhorias para a população Marinhense, Vieirense e Moitense.

O concelho estagnaria ainda mais do que aquilo que já se encontra, para além da sua solvibilidade ficar fortemente afetada.

Para nós o valor mais elevado a defender, são as pessoas e a sua dignidade humana. Por elas, e só por elas, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance.

Se este OM2013 fosse reprovado, seria mais um pretexto para o executivo vitimizar-se, para além da já existente lei dos compromissos, para tentar justificar o que é injustificável em toda a sua linha.

Não vamos permitir que isso vá acontecer. Este executivo no próximo ano, vai ter que justificar à população, Marinhense, Vieirense e Moitense o que não fez e porque não o fez, não podendo invocar um pretexto qualquer, mas só a sua falta de ideias, a sua falta de visão futura e estratégica.

Já afirmámos que este OM2013 não serve para dignificar o valor mais elevado desta sociedade que são as pessoas, por isso não concordamos com o seu teor, mas entre esta tónica e sermos governados sem qualquer documento de referência, vamos optar pela abstenção.”

O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Os documentos previsionais para 2013, que apresentámos, estão claramente condicionados pela conjuntura económica atual e refletem uma diminuição de cerca de 8,5% relativamente à proposta de orçamento de 2012.

Apesar das dificuldades que são de todos conhecidas, continuamos a olhar para as pessoas e conscientes dos seus problemas e necessidade, reforçámos as verbas nas funções sociais que englobam a educação, cultura, desporto, segurança/bombeiros e ação social que representam 33,75% das verbas inscritas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

Continuamos, no entanto, a apostar no desenvolvimento das infraestruturas básica, nas redes de água, saneamento, ambiente e vias de comunicação que representam cerca de 35,36%, cuja percentagem poderá elevar-se substancialmente se tiver êxito a candidatura ao POVT, submetida em Novembro de 2012, para as redes de saneamento no valor de 2,9 milhões de euros, refletida no PPI como verba a definir.

Não descurámos o necessário desenvolvimento económico do concelho cujas verbas inscritas representam 10,44%.

Os documentos previsionais contemplam, igualmente, todas as obras em curso, objeto de financiamento pelo QREN, respeitando os compromissos assumidos.

Salientamos, ainda, a manutenção dos valores das transferências para as nossas Juntas de Freguesia e aumento dos apoios para os bombeiros e instituições de solidariedade social do concelho.

Apesar de todas as dificuldades e conjuntura económica que o país atravessa foi feito um esforço para apresentar propostas que respondam às necessidades das pessoas e aos anseios do concelho tendo em vista o seu desenvolvimento sustentável.

Por isso votámos favoravelmente os documentos e registamos o seu acolhimento pelo executivo municipal.”

26 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO.

880 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação,

contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que nos termos do art.º 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA, foi estabelecido que os procedimentos necessários à aplicação desta lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º seriam regulados por decreto –lei, o que se veio a verificar com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que o Município da Marinha Grande tem que garantir que são criadas as ferramentas destinadas a assegurar a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, o que não se obterá sem que, entre outras medidas, se estabeleça uma autorização prévia genérica da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

A Câmara Municipal propõe que a Assembleia Municipal da Marinha Grande delibere, relativamente à Câmara Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais por esta Câmara Municipal, nos seguintes casos:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;**
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.**

Mais se propõe que:

1. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
2. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por Lei, no âmbito do regime da Contratação Pública.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais por esta Câmara Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

881 - Presente informação da Chefe de Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, IM/119/2012 DE 16 de dezembro de 2012 e Relatório fundamentado de avaliação da execução do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande propondo o início da Revisão do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande:

- Considerando que o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 37/95, de 21 de abril publicada na I.ª série – B do Diário da República n.º 94;

- Posteriormente viria a ser objeto de uma alteração, ratificada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 153/98, de 30 de dezembro publicada na I.ª série – B do Diário da República n.º 300;
- Considerando o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98º do RJIGT (Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro na sua redação atual), que refere que a revisão do plano municipal de ordenamento do território possa decorrer da *“necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazos, das condições económicas, sociais, culturais ambientais que determinaram a respectiva elaboração, tendo em conta os relatórios de avaliação da execução dos mesmos”*;
- Por sua vez o n.º 3 do artigo 98º do RJIGT, refere que *“os planos diretores municipais são obrigatoriamente revistos decorrido que seja o prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão”*.

Face ao exposto e considerando:

- Que são passados mais de 17 anos desde a sua entrada em vigor e o imperativo legal suprarreferido;
- Que no período de tempo decorrido desde a sua execução e entrada em vigor – 1995 – assistiu-se a um conjunto significativo de alterações legais e regulamentares que só por si justificam o processo de revisão;
- A evolução das condições socioeconómicas, culturais, ambientais que constituíram a envolvente da sua elaboração, conforme o Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal e de identificação dos principais fatores de evolução do município, anexo à presente informação, o demonstra;

Propõe-se que:

- A Câmara delibere promover a revisão do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;
- A sua elaboração decorra e esteja concluída no prazo máximo de quatro anos, contados a partir da presente deliberação;
- Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 77º do RJIGT, se fixe em 30 dias úteis o prazo para a formulação de sugestões e para a apresentação de informação sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento da revisão do Plano Diretor Municipal;
- Da presente deliberação seja dado conhecimento à CCDR-Centro, solicitando-se a marcação de uma reunião preparatória, para constituição da comissão de acompanhamento.

Tendo em conta as razões apontadas no período de antes da ordem do dia, foi deliberado, com a concordância de todos os membros do executivo, que a Câmara Municipal aprecie esta proposta na próxima reunião ordinária, a realizar no dia 10/01/2013, devendo a mesma ser o primeiro ponto da agenda.

28 - RESUMO DE TESOUREARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezanove de dezembro de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.275.708,69 €** (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil setecentos e oito euros e sessenta e nove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

882 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 1. REQ. N.º 1802/12 – PC N.º 321/12 – TVC – TÉCNICOS VIDREIROS CONSULTORES, LDA.**
- 2. REQ. N.º 2043/12 – PC N.º 320/12 – MARIA FÁTIMA JESUS VINDEIRINHO ROSA**
- 3. REQ. N.º 1692/12 – PC N.º 44/10 – EDUARDO ENCARNÇÃO DURO**
- 4. PRÉDIO DEGRADADO – RUA DA GUINÉ, N.º 25, ORDEM – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: MARIA JÚLIA DE JESUS FERREIRA DE ALMEIDA - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.**
- 5. PRÉDIO DEGRADADO – RUA DOS BAROSEIROS, N.º 14, ORDEM – MARINHA GRANDE - RISCO DE DERROCADA E PERIGO PARA A VIA PÚBLICA E PARA PRÉDIOS ENVOLVENTES – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: BARCLAYS BANK - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.**
- 6. REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – ANO DE 2013**

7. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DA MARINHA GRANDE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES PARA O CORRENTE ANO.
8. APOIO FINANCEIRO AO SPORT IMPÉRIO MARINHENSE PARA GRUPO DE TEATRO
9. APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA. SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO ESCOURA
10. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA TOMADA EM 31-10-2012 – LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2012 A COBRAR NO ANO DE 2013
11. CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1802/12 – PC N.º 321/12 – TVC – TÉCNICOS VIDREIROS CONSULTORES, LDA.

883 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Alteração de Edifício*” existente, localizado na Estrada de Leiria, Freguesia de Marinha Grande, incluindo o Pedido de Certidão tendo em vista a alteração da Propriedade Horizontal constituída, dispondo dos seguintes antecedentes:

Processo Camarário n.º 207/99, referente à obra de “*Construção de Edifício*”, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 131/2000 e Alvará de Licença Construção (alterações) n.º 191/2001, de 09/03, tendo-lhe sido atribuída a Licença de Utilização n.º 83/2001, de 12/04.

Processo Camarário n.º 648/2004, referente à obra de “*Alterações à Fração “A.H”*”, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 239/2008, de 12/11, tendo-lhe sido atribuída a Licença de Utilização n.º 42/2009, de 14/04.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos de Arquitetura e das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação dos recetáculos postais domiciliários seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Deliberou ainda mandar emitir a certidão requerida, relativa à alteração da constituição do edifício no Regime de Propriedade Horizontal, nos termos previstos no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade horizontal) do Código Civil em vigor.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 2043/12 – PC N.º 320/12 – MARIA FÁTIMA JESUS VINDEIRINHO ROSA

884 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Moradia Unifamiliar*” existente, localizada num prédio urbano sito na Rua das Eiras, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1655/1981, em nome de José Ruivo Pereira, referente ao licenciamento da obra de “Construção de uma Moradia”, à qual foi atribuído o Alvará de Construção n.º 1187/1981, de 09/12.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1692/12 – PC N.º 44/10 – EDUARDO ENCARNÇÃO DURO

885 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Moradia*” existente, localizada na Rua das Samouqueiras, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 26/04/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

3. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
4. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
5. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - PRÉDIO DEGRADADO – RUA DA GUINÉ, N.º 25, ORDEM – MARINHA GRANDE - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS PARA A VIA PÚBLICA – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIA: MARIA JÚLIA DE JESUS FERREIRA DE ALMEIDA - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.

886 - Considerando a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil I/1297/2012, de 23-11-2012, relatando o elevado estado de degradação com risco de queda de elementos construtivos para a via pública, do prédio sito na Rua da Guiné, n.º 25, Ordem, Marinha Grande, propriedade de Maria Júlia de Jesus Ferreira de Almeida.

Considerando que por ofício S/5060/2012, de 23-11-2012, enviado por aqueles Serviços de Proteção Civil foi a proprietária alertada para a necessidade de implementar, com urgência, as medidas e os trabalhos necessários à minimização das perigosidades decorrentes do estado de degradação do edifício, classificado com «risco alto»;

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua da Guiné, n.º 25, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.ª. Cláudia Mota, da DOPP-Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, Arqt.º. Ricardo Santos, da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento e pela Dr.ª. Eunice Marques, da DASUP-Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos/Proteção Civil.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação à proprietária do prédio objeto da vistoria, Maria Júlia de Jesus Ferreira de Almeida, residente na Rua João Frederico Ludovice, n.º 14 – 5.º Esq.º. – 1500-356 Lisboa, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - PRÉDIO DEGRADADO – RUA DOS BAROSEIROS, N.º 14, ORDEM – MARINHA GRANDE - RISCO DE DERROCADAS E PERIGO PARA A VIA PÚBLICA E PARA PRÉDIOS ENVOLVENTES – PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: BARCLAYS BANK - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE.

887 - Considerando a informação do Serviço Municipal de Proteção Civil I/1261/2012, de 16-11-2012, relatando o elevado estado de degradação do edifício com riscos para a via pública e para os prédios envolventes, do prédio sito na Rua dos Baroseiros, n.º 14, Ordem, Marinha Grande, propriedade do Barclays Bank.

Considerando que por ofício S/3556/2012, de 03-08-2012, enviado por aqueles Serviços de Proteção Civil, foi a entidade bancária proprietária alertada para a necessidade de implementar, com urgência, as medidas e os trabalhos necessários à minimização das perigosidades decorrentes do estado de degradação do edifício, classificado com «risco alto»;

Considerando que a reação da referida entidade foi solicitar à Polícia de Segurança Pública a eventual expulsão de intrusos do prédio, nada tendo feito até hoje para minimizar/eliminar os riscos decorrentes do estado de degradação e de total abandono do edifício e para proceder ao devido resguardo e tapamento do poço que se encontra no logradouro da moradia;

Considerando o teor do relatório da PSP datado de 24-10-2012, no qual é também reforçada a necessidade de intervenção urgente no prédio em causa, tendo em conta que a escassos metros fica localizado o estabelecimento de ensino do 1.º ciclo;

Considerando ainda que sobre os proprietários impende o dever de realização de obras de conservação das edificações, pelo menos, uma vez a cada oito anos e, independentemente desse prazo, de realização de todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético – art.º 89.º do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação,

A Câmara Municipal delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma vistoria ao edifício sito na Rua dos Baroseiros, n.º 14, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Eng.º Rui Vicente, da DOPP-Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, Arqt.º Alexandre Fava, da DUL-Divisão de Urbanismo e Licenciamento e pela Dr.ª Eunice Marques, da DASUP-Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos/Proteção Civil.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação ao proprietári do prédio objeto da vistoria, Barclays Bank, com sede na Avenida Colégio Militar, Torre Oriente, n.º 37-F – 10.º A. – 1500-180 Lisboa, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

888 - A Câmara Municipal, nos termos do previsto no artigo 62º, nº 1 e nº 2, da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **delibera o seguinte, relativamente à realização das suas reuniões ordinárias durante o ano de 2013:**

- **manter a periodicidade quinzenal;**
- **que o dia de realização se mantenha à quinta-feira, conforme calendário em anexo (Anexo 8);**
- **que as reuniões se iniciem às 09:30 horas;**
- **sempre que o dia de reunião coincidir com feriado será a mesma antecipada para a quarta-feira anterior ao dia previsto, com início às 14:30 horas;**
- **que a primeira reunião ordinária realizada em cada mês seja pública.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DA MARINHA GRANDE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES PARA O CORRENTE ANO.

889 - Presente informação nº 1381/2012 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social (DEDIS), datada de 11 de dezembro, referente a pedido de apoio financeiro efetuado pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue do concelho da Marinha Grande, com o registo de entrada nº 8950/2012, datado de 4 de dezembro, para o desenvolvimento do seu Plano de Atividades para o corrente ano.

Considerando a importância da atividade desta associação na nossa comunidade, designadamente a recolha e dâdiva de sangue de forma desinteressada, com fins terapêuticos, a feridos e doentes;

Considerando que, se trata de uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve atividades de interesse municipal, de natureza social;

Considerando que, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação que foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, apoiar ou articular, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;

A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista na alínea b) do nº 4 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir um

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

subsídio, no valor de 1.000,00€ (mil euros) à Associação de Dadores Benévolos de Sangue do concelho da Marinha Grande, contribuinte fiscal número 501 061 029, com sede na Avenida Vítor Gallo n.º 76 A, 1.º Esquerdo, 2430 – 202 Marinha Grande, para apoio das suas atividades regulares no corrente ano.

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/43 do Plano de Actividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, no período de sessenta dias, após recebimento da comunicação da atribuição do subsídio por parte do Município da Marinha Grande.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e a Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - APOIO FINANCEIRO AO SPORT IMPÉRIO MARINHENSE PARA GRUPO DE TEATRO

890 - Presente informação n.º 1390/2012 da Divisão de Cultura e Turismo, área da Cultura, datada de 12/12/2012, dando conta do pedido do Sport Império Marinhense, datado de 07/12/2012, registado com a E/9073/2012, a solicitar apoio financeiro para fazer face às despesas inerentes à encenação de nova peça de teatro.

Considerando que o Município deve apoiar atividades culturais de interesse municipal de natureza recreativa, social e cultural, de que resulte benefício para a população e desenvolvimento para o Concelho;

Considerando que uma estratégia cultural sustentada passa não só pelo apoio à apresentação/divulgação de projetos e atividades culturais, mas também pela atribuição de apoios para a criação artística.

Considerando que se trata de uma proposta de um grupo de teatro do concelho no âmbito da criação artística e direcionada para a comunidade marinhense e de fora do concelho.

Considerando que a entidade desenvolve com este grupo de teatro atividades de continuidade e, que tem vindo a apresentar trabalhos de qualidade e relevância no âmbito do teatro amador do concelho.

Considerando que este projeto vem contribuir para o desenvolvimento e dinamização cultural e artística do concelho e para a sua divulgação na região.

A Câmara apreciou a informação anexa e delibera no uso de competência prevista, na alínea b), do n.º 4 do artigo n.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio financeiro no valor de 300€ (trezentos euros) ao Sport Império Marinhense, contribuinte nº 501422986, com sede na Avenida José Gregório, nº 116 – Engenho, 2430-275 Marinha Grande, para custear as despesas relacionadas com a preparação do novo projeto teatral intitulado «Uma Sogra de Morte».

O referido apoio tem cabimento na ação 2012/A/87 do Plano de Atividades Municipais.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, no período de noventa dias, após recebimento da comunicação da atribuição do subsídio por parte do Município da Marinha Grande.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira do Município.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - APROVAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA. SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO ESCOURA

891 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vector de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os **«Critérios de Financiamento à Actividade Física»** aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 9**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA
--

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR A ATRIBUIR DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2012
SOCIDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA	501804218	1.480,80

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2012/A/99 do Plano de Actividades Municipais.

Mais se informa que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão de Gestão Financeira desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA TOMADA EM 31-10-2012 – LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2012 A COBRAR NO ANO DE 2013

892 - Por deliberação camarária de 31 de Outubro 2012 foi aprovado submeter proposta a apreciação e votação pela Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo autorizasse o lançamento da derrama relativa ao ano de 2012, a cobrar em 2013, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da Lei n.º 169/99 de 18 Setembro, alterada e republicada em anexo pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

Na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de Novembro de 2012, foi aprovada favoravelmente a proposta apresentada, por maioria.

Considerando que se verifica uma incorreção na identificação da norma legal, no que respeita à isenção de derrama às empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios inferior a 75.000 euros.

Assim, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do art.º 148.º do Código do Procedimento Administrativo retificar a deliberação tomada na sua reunião de 31 de Outubro de 2012 relativa ao “LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2012 A COBRAR NO ANO DE 2013” nos seguintes termos:

Onde se lê

“ (...)

- Isentar de derrama as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios inferior a 75.000 euros, nos termos do disposto no art.º 14.º, n.º 4 da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro (...)”

Deve passar a ler-se

“(...)

- Isentar de derrama as empresas com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios inferior a 75.000 euros, nos termos do disposto no art.º 12.º, n.º 2 da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro (...)”

Mais delibera submeter a presente proposta de retificação a apreciação e votação pela Assembleia Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES – CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO.

893 - Considerando que o Município da Marinha Grande, por protocolo de 12 de setembro de 2003, cedeu à ADESER II as instalações correspondentes ao 1.º andar do antigo edifício da PSP, situado na Rua D. Dinis, na Marinha Grande;

Considerando que o espaço do rés de chão do edifício ficou disponível e pode ser utilizado com a mesma finalidade já conferida ao 1.º andar;

Considerando a relevância e excelência do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito do Centro de Acolhimento Temporário;

Considerando que o espaço correspondente ao 1.º andar é manifestamente insuficiente para o desenvolvimento do Centro de Acolhimento Temporário.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com os artigos 64.º, n.º 4, alínea a) e 67.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, ceder à ADESER II o rés de chão do antigo edifício da PSP para o desenvolvimento do Centro de Acolhimento Temporário, nos termos da minuta de protocolo, que igualmente se aprova (Anexo 10).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

894 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:30 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
20/12/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 29

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião